

Programa ensino médio inovador: uma análise dos impactos para a inovação curricular

Lopes, Betania Jacob Stange  ¹

Keller-Franco, Elize  ²

Ramos, Claudia Alves Moreira  ³

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar os impactos do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) para a indução de mudanças curriculares a partir do aporte teórico-analítico do ciclo de políticas de Stephen Ball considerando os contextos de influência e da produção de texto. A pesquisa de abordagem qualitativa utilizou como instrumento a análise de documentos oficiais do ProEMI. Os resultados indicam que o ProEMI tem potencial para a indução de mudanças curriculares, constituindo-se em política com significância no cenário educacional nacional, reunindo no seu contexto de influência movimentos, políticas e programas voltados para a melhoria e inovação no ensino médio, bem como, contemplando no contexto da produção do texto um discurso que guarda afinidade com os princípios da Integração Curricular e das Teorias Curriculares Críticas, no entanto, não se pode desconsiderar o deslizamento e a hibridização dessas teorias mediante a matização de linhas distintas e das relações de poder.

Palavras-chave: currículo; ciclo de políticas; Ensino Médio; ProEMI.

Innovative high school program: an analysis of the impacts on curricular innovation

ABSTRACT

¹ Centro Universitário Adventista São Paulo. Doutora em Educação Especial pela (UFSCar), docente do Programa de Mestrado Profissional de Educação do Centro Universitário Adventista de São Paulo. Email: lopesbjs@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9395659287804955>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6471-5791>.

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Educação (currículo) pela PUC-São Paulo. Email: elizekeller@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0227193374028987>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1795-8947>.

³ Centro Universitário Adventista São Paulo. Mestre em Educação pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação do Centro Universitário Adventista São Paulo. Email: claudia.alves@adventistas.org. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4443247155402269>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9464-4215>.

This study aims to analyze the impacts of the Innovative Secondary Education Program (ProEMI) for inducing curricular changes based on the theoretical-analytical contribution of Stephen Ball's policy cycle considering the contexts of influence and text production. The qualitative approach research used the analysis of official ProEMI documents as an instrument. The results indicate that ProEMI has the potential to induce curricular changes, constituting a policy with significance in the national educational scenario, bringing together in its context of influence movements, policies and programs aimed at improvement and innovation in secondary education, as well as , contemplating in the context of text production a discourse that has affinity with the principles of Curricular Integration and Critical Curricular Theories, however, one cannot disregard the slippage and hybridization of these theories through the nuance of distinct lines and power relations.

Keywords: curriculum; policy cycle; high school; ProEMI.

Programa inovador de secundaria: un análisis de los impactos en la innovación curricular

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar los impactos del Programa de Educación Secundaria Innovadora (ProEMI) para inducir cambios curriculares a partir del aporte teórico-analítico del ciclo de políticas de Stephen Ball considerando los contextos de influencia y producción de textos. La investigación de enfoque cualitativo utilizó como instrumento el análisis de documentos oficiales del ProEMI. Los resultados indican que el ProEMI tiene el potencial de inducir cambios curriculares, constituyendo una política con trascendencia en el escenario educativo nacional, aglutinando en su contexto de influencia movimientos, políticas y programas orientados al mejoramiento y la innovación en la educación secundaria, así como, contemplando Sin embargo, en el contexto de la producción de textos, un discurso que tiene afinidad con los principios de la Integración Curricular y las Teorías Curriculares Críticas no puede ignorar el deslizamiento y la hibridación de estas teorías a través de los matices de líneas distintas y relaciones de poder.

Palabras clave: plan de estudios; ciclo de políticas; escuela secundaria; ProEMI.

INTRODUÇÃO



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

O ensino médio é visto na legislação como um direito social do indivíduo e um dever do Estado. Conforme declarado no Art. 35 da LDB 9394/96, o ensino médio, enquanto etapa final da Educação Básica, tem por finalidades o fortalecimento e o prosseguimento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a preparação para o trabalho e a cidadania, o aprimoramento pessoal mediante a formação ética, a autonomia intelectual, o pensamento crítico e o domínio dos fundamentos científico-tecnológicos.

Ao se fazer uma análise do contexto do ensino médio no Brasil, considerando seu nível de complexidade enquanto etapa intermediária entre o ensino fundamental e o ensino superior, percebe-se a existência de uma série de desafios tais como: a questão identitária marcada pelo dualismo propedêutico e profissionalizante; a universalização do acesso e o atendimento dos jovens público-alvo desta etapa formativa; e, a inadequação das práticas pedagógicas. Nesse contexto, faz-se necessária uma política não apenas para o acesso, mas para a permanência do estudante mediante um ensino de qualidade.

Diante desse cenário surgiu o ProEMI, instituído por meio da Portaria nº 971 de 09 de outubro de 2009, com o objetivo de apoiar e fortalecer o desenvolvimento de ações com vista à criação de propostas curriculares inovadoras em escolas do Ensino Médio do país. Esse documento propõe

[...] a incorporação de componentes que garantam maior sustentabilidade das políticas públicas, reconhecendo a importância do estabelecimento de uma nova organização curricular que possa fomentar as bases para uma nova escola de ensino médio (Brasil, 2009d, p. 7).

Assim, novas formas de organização do trabalho e o incentivo a práticas inovadoras motivam a proposta deste estudo, que tem como objetivo analisar o impacto do ProEMI na indução de mudanças curriculares. A pesquisa é orientada por uma abordagem qualitativa, adotando como orientação metodológica “o ciclo de políticas” de Stephen Ball e Richard Bowe (Ball e Bowe, 1992), que vem sendo usado em diferentes países para examinar a trajetória de programas e políticas públicas educacionais.

Percurso Metodológico



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

Este estudo está inserido na área de políticas públicas educacionais e tem como orientação metodológica o quadro de análise do Ciclo de Políticas de Ball, conduzido por uma abordagem qualitativa, o que justifica a necessidade de interlocução indagativa com a problemática estudada, simultaneamente com a utilização da análise documental e a análise de conteúdo como suporte para o desvendar elementos importante do objeto de pesquisa.

O Ciclo de Políticas proposto por Ball (1992) se caracteriza como uma possibilidade no estudo das políticas públicas em educação, pois propicia analisar criticamente a política desde sua formulação inicial até seus efeitos após o contexto da prática, percebendo os processos micropolíticos, considerando, sobretudo, a ação e influências diretas dos indivíduos que irão colocar a política em prática (Mainardes, 2006).

Cenário da pesquisa

O colégio onde foi desenvolvida a pesquisa está localizado em um bairro em Salvador - BA e atende alunos do Ensino Fundamental – anos finais, Ensino Médio Regular e Tempo Formativo II – Eixo IV e Eixo V. Conforme caracterização disponível no Projeto Político Pedagógico da escola, a comunidade em que está inserido o colégio é um bairro popular de médio a grande porte, com ampla diversidade cultural, percebida por meio da representação de diversos movimentos sociais, que buscam ofertar à juventude opções de atividades que lhes encaminhem para a vida estudantil e o trabalho. O bairro apresenta expressiva explosão demográfica e alto índice de violência. Grande parte dos pais dos alunos ocupa o setor informal de trabalho e não chegou a concluir os anos iniciais do ensino fundamental. Para a subsistência do grupo doméstico, o trabalho remunerado do chefe do domicílio é insuficiente, sendo mobilizadas atividades das mulheres e, muitas vezes, dos filhos.

Participantes

A pesquisa foi desenvolvida com um grupo de 03 professores, 01 gestor do colégio, e 01 ex-servidor do Ministério da Educação que participou do processo de implementação do ProEMI no período de 2016 e 2017, totalizando um total de 5 participantes.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

Instrumentos de coleta de dados

Análise documental

Instrumento que privilegiou o levantamento de dados sobre os contextos de influência e de produção do texto no que diz respeito à política e ao programa educacional investigado e foi guiada pelas questões propostas por Mainardes (2006) para análise desses contextos. Foram analisados os seguintes documentos: Projeto Político Pedagógico da escola estudada, Projeto de Redesenho Curricular e documentos oficiais do ProEMI: Documento Orientador Preliminar (Brasil, 2009a), demais versões do Documento Orientador (Brasil, 2009d), (Brasil, 2011), (Brasil, 2013), (Brasil, 2016a), Documento Orientador – Propostas de redesenho curricular (Brasil, 2016b), Parecer nº 11/2009 - Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio (Brasil, 2009b), Portaria nº 971/2009 – Institui o Programa Ensino Médio Inovador (Brasil, 2009c).

Entrevista

Nesse estudo optou-se pela entrevista semiestruturada que foi realizada com docentes e gestores, tendo como guia o roteiro proposto por Mainardes (2006), com adaptações, em especial para as questões referentes ao contexto da prática e dos resultados/efeitos. A entrevista teve um roteiro que seguiu as questões norteadoras para a aplicação da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball, conforme proposto por Mainardes (2006), com 23 perguntas sendo: 09 do contexto de influência, 12 do contexto da produção de texto e 5 do contexto da prática.

Procedimentos para a Análise dos dados

A presente pesquisa utilizou a análise de conteúdo, conforme Laville e Dione (1999), começando pela organização do material coletado. As entrevistas foram transcritas, os documentos selecionados e as anotações do diário de campo revistas. Em seguida, o material foi explorado em profundidade para planejar sua decomposição e recomposição, a fim de extrair sua significação, resultando na constituição das unidades de análise e de registro.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

Na organização do estudo, optou-se pelo recorte por temas que são “fragmentos que correspondem cada um a uma ideia particular [...] ou que traduzem uma relação entre tais conceitos” (Laville; Dionne, 1999, p. 217), seguido pela elaboração das categorias de acordo com o modo misto (Laville; Dionne, 1999). Inicialmente as categorias foram definidas com base nas questões que orientaram a coleta de dados, fundamentadas no ciclo de políticas de Stephen Ball. Na continuidade foram realizadas as revisões críticas para orientar a construção de novas categorias ou ainda a subdivisão das categorias existentes de forma que acomodassem melhor as unidades de registro.

Depois procedeu-se a análise qualitativa do conteúdo, que embora presente desde o início da pesquisa, nessa etapa atingiu seu auge mediante o estudo apurado das unidades de sentido, das relações entre elas e do que delas emana. A análise e interpretação se deu de modo interativo na qual se elabora progressivamente uma explicação lógica para o objeto de estudo, explorando as unidades de sentido, as interrelações entre elas e com as categorias em que estão reunidas, em diálogo com o referencial teórico.

Do discurso oficial ao contexto da prática: análise e interpretação dos dados

Existem 5 contextos no ciclo de políticas de Ball (1992), que são: **contexto de influência**, quando as políticas são iniciadas e o discurso e os conceitos que servem de base para sua formulação são construídos; **contexto de produção de texto**, quando as políticas passam a ser representadas pelos textos e documentos oficiais; **contexto da prática**, no qual acontece a resignificação e recontextualização da política e ela está sujeita à interpretação e recriação; **contexto dos resultados/efeitos**, onde são percebidas as desigualdades sociais criadas ou potencializadas a partir da política investigada; **contexto da estratégia**, que visa criar ações e estratégias políticas que ajudem a diminuir essas desigualdades criadas ou percebidas a partir da política. Nesse estudo, a análise irá se concentrar nos contextos de influência, de produção do texto e da prática do ProEMI.

Contexto de influência

Uma das dimensões mencionados por Ball e Bowe (1992) para a análise das políticas é o contexto de influência, pois entende-se que muito antes da



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

política existir como texto, há interesses, grupos e até movimentos anteriores que influenciam diretamente na sua construção. Para subsidiar a análise do contexto de influência priorizou-se como fonte os documentos disponibilizados pelo MEC sobre o ProEMI e demais publicações referentes ao ensino médio, conforme declarados na análise documental, em diálogo com autores que têm estudado sobre o tema.

Influências e discursos no Programa Ensino Médio Inovador

De acordo com Mainardes (2006), a elaboração de uma política envolve disputas para exercer influência em seus rumos, envolvendo os indivíduos diretamente no processo quanto ao conjunto de arenas públicas formais, como comissões e grupos representativos. Analisar uma política exige indagar sobre as tendências e influências que incidem sobre elas, a saber: há influências globais/internacionais, nacionais e locais? Como elas se relacionam? Na genealogia e desenvolvimento do discurso da política, é possível observar tendências e movimentos conservadores, progressistas, de resistência ou outros? É possível traçar a genealogia e as influências que operam antes mesmo da emergência da formulação da política? (Mainardes, 2006).

Tais questões podem ser consideradas para análise do Programa do Ensino Médio Inovador. Seu contexto de influência em âmbito nacional pode ser situado, inicialmente, no marco legislativo da Constituição Federal de 1988, que determina diretrizes específicas para a educação no País e prevê, no seu artigo 7º, inciso IV, a educação como necessidade vital básica que deve ser assegurada a todo cidadão brasileiro estabelecendo duas metas essenciais: a democratização do ensino e a garantia de sua qualidade. A partir desta carta política, planos e projetos começaram a ser idealizados na tentativa de atingir os direitos educacionais assegurados por meio do texto constitucional.

Ter esses direitos assegurados na Constituição federal foi um avanço, entretanto, essas intenções só se materializaram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que inseriu Ensino Médio como parte integrante da educação básica. Figuram, ainda, no Contexto de influência do ProEMI os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (Brasil, 2000a), organizados logo após a promulgação da LDB 9394/96 e que contém diretrizes para o currículo, buscando a construção da cidadania democrática mediante conteúdos e procedimentos de aprendizagem que preparassem o ser humano para a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva. Para



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

isso, o currículo deveria “evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender”. (Brasil, 2000a, p. 5).

A reforma curricular proposta pelos PCNEM estabeleceu a organização do conhecimento escolar em áreas do conhecimento e estimulou mudanças significativas no currículo brasileiro ao propor conceitos como interdisciplinaridade, contextualização, relação entre teoria e prática e organização por áreas de conhecimento, e, embora na prática tenha sido mantida a organização por disciplinas, foi a partir desse documento que começou a ganhar espaço o discurso do currículo por áreas numa perspectiva de integração curricular.

Assim, no contexto de influência da política do ProEMI, destacam-se a Constituição Federal (1988), a LDB (1996) e os PCNEM (2000a), que introduzem conceitos presentes no ProEMI. Também são ressaltados desafios históricos do ensino médio, como a universalização, a reprovação e evasão, a falta de identidade dessa etapa e a qualidade das aprendizagens.

Movimentos, políticas e programas de influência

No bojo dos movimentos que contribuíram com o contexto de influência para a criação do ProEMI, encontra-se, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Brasil, 2000b), que se destinava ao financiamento de políticas e implantação da reforma para a melhoria do atendimento e expansão da educação média no País e trazia a proposta do desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. Na sequência, encontra-se o Programa Nacional de inclusão dos Jovens – ProJovem, aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 3/2006, cujo objetivo era executar ações através das quais os jovens brasileiros pudessem elevar seu nível de escolaridade desenvolvendo saberes e competências para concluir o ensino fundamental e visava contribuir especificamente na reinserção do jovem nas atividades escolares, na identificação de oportunidades de trabalho e no despertamento para ações intervencionistas na realidade local mediante uma proposta curricular diferenciada e significativa (Brasil 2006).

Além desses movimentos e programas, podemos citar o Plano Nacional da Educação (2001-2010) que focou na universalização do ensino médio, melhoria das condições de acesso, renovação das práticas pedagógicas e



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

curriculares, formação de professores e participação comunitária na gestão escolar. Nessa direção, surgiu o Programa Mais Educação (2010), regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10, que visava melhorar a aprendizagem oferecendo educação em tempo integral, destacando o direito de aprender como essencial para o desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Esses foram alguns dos movimentos que, a seu tempo e modo, exerceram a influência na elaboração do ProEMI, marcada pela histórica falta de identidade do ensino médio, problemas como distorção idade-série, abandono e repetência. Esses desafios foram reflexo das desigualdades sociais no contexto educacional, em que estudantes frequentemente enfrentam dilemas entre estudo e trabalho. Os programas discutidos surgiram com um discurso positivo, promovendo conceitos como contextualização, integração curricular, interdisciplinaridade e educação integral, vistos como essenciais para melhorar a qualidade da educação.

Não se pode desconsiderar que a presença da visão neoliberal permeia diferentes esferas da vida econômica, política, social e cultural, influenciando reformas curriculares em vários países ocidentais e impactando as políticas educacionais do Brasil. Cabe ressaltar que muitos programas educativos receberam apoio de agências externas com foco em objetivos voltados para o mercado de trabalho, inserindo-nos em um contexto capitalista com um histórico dualismo educacional entre escolas para camadas populares e classes mais privilegiadas. Assim, o ProEMI e outros programas educativos refletem diretrizes destinadas a enfrentar desafios educacionais e melhorar a qualidade do ensino médio, incentivando mudanças curriculares. No entanto, é essencial considerar as disputas sobre os objetivos educacionais e os processos de legitimação dos discursos para evitar abordagens ingênuas na implementação dessas políticas.

Contexto da construção do texto do ProEMI

No contexto da produção de texto de políticas educacionais, conforme Mainardes (2006), ocorre a elaboração dos textos que refletem disputas e acordos entre diversos grupos envolvidos. A compreensão desse contexto envolve analisar como os textos são construídos, quais vozes estão presentes ou ausentes, quais discursos predominam, e se há contradições e ambiguidades. Para a análise do contexto de produção do texto do ProEMI, foram utilizados documentos divulgados e autores que abordam essa temática.



REVISTA
interterritórios

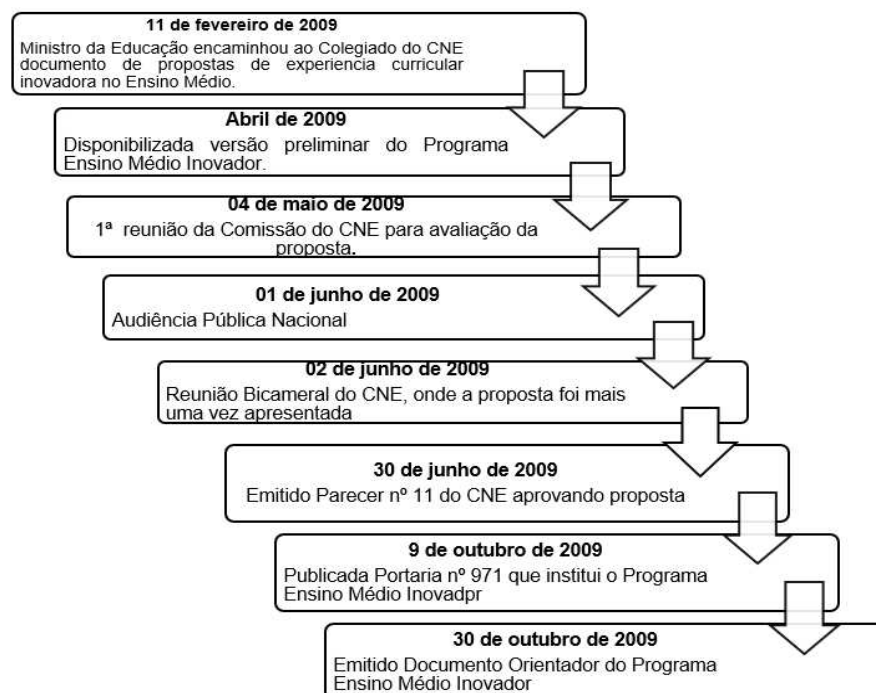
Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

Criação/construção/elaboração do texto da política

A produção do texto do ProEMI, teve início no ano de 2009 mediante a solicitação para a construção de um novo programa para o ensino médio a ser enviado no prazo de 15 dias ao Colegiado do Conselho Nacional de Educação. Em abril de 2009 foi disponibilizada uma versão preliminar ao CNE do Documento Orientador do ProEMI apresentando o Programa, os objetivos, pressupostos e indicadores para a sua operacionalização em caráter consultivo.

A Figura 1, apresenta uma linha do tempo que marca datas e eventos importantes que caracterizam a escrita do texto oficial do ProEMI no ano de 2009.

Figura 1: Linha do Tempo para criação do ProEMI



Fonte: Dados da pesquisa



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

As influências e negociações que moldam o texto da política educacional, conforme Ball (2001), também se refletiram no ProEMI. O Documento Orientador, que representa oficialmente a política do ProEMI, passou por adaptações ao longo do programa para atender às demandas da sociedade e da educação. Inicialmente lançado em 2009 (Brasil, 2009d), o Documento Orientador foi atualizado em várias edições subsequentes: 2011 (Brasil, 2011), 2013 (Brasil, 2013), 2014 (Brasil, 2014), além dos documentos de 2016: Documento Orientador 2016 – Adesão (Brasil, 2016a) e Documento Orientador – Elaboração de propostas de Redesenho Curricular (Brasil, 2016b). A seguir, apresentamos um quadro com as principais características desses documentos.

Quadro 3 – Principais características dos Documentos Orientadores do ProEMI

Documento Orientador 2009 - Versão preliminar	• Apresenta as bases, justificativas e pressupostos para criação do Programa Ensino Médio Inovador; • Faz uma retomada histórica do Ensino Médio no Brasil; • Apresenta razões para a criação de uma política que atenda especificamente ao Ensino Médio; • Declara os pressupostos e as dimensões para um currículo inovador; • Especifica proposições curriculares e apresenta um plano de ação para a implementação do ProEMI;
Documento Orientador 2009	• Traz as bases e pressupostos para criação do Programa; • Não apresenta predeterminação de quantidade de tempo deve ser destinado às atividades optativas e disciplinas eletivas; • Apresenta detalhamentos da estrutura organizacional do Programa; • Direciona a forma como deve ser elaborado o PAP (Plano de Ação Pedagógica);
Documento Orientador 2011	• Tem seus pressupostos na emenda constitucional nº 59 de dezembro de 2009, que institui a obrigatoriedade do ensino dos 04 aos 17 anos de idade, • Inserção dos Macrocampos; • Define os Macrocampos Acompanhamento Pedagógico e Iniciação Científica e Pesquisa dois Macrocampos obrigatórios; • Prevê a existência do professor articulador, estabelece a forma de escolha e as suas atribuições;
Documento Orientador 2013	• Substitui o termo Reestruturação Curricular por Redesenho Curricular; • Estabelece a obrigatoriedade de a escola contemplar 3 macrocampos e pelo menos mais dois, totalizando cinco;



	• Delimita que o redesenho curricular deve se articular em torno do Trabalho, da Ciência, da Cultura e da Tecnologia como dimensões indissociáveis da formação humana, • Estabelece que o trabalho, ciência, tecnologia e cultura devem ser um eixo comum a partir do qual estejam integrados os conhecimentos. • Determina que o redesenho curricular deve ter como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB 02/2012);
Documento Orientador 2014	• Apresenta, basicamente, as mesmas proposições do documento anterior com poucos acréscimos; • Estabelece que a Formação Continuada para os professores de Ensino Médio, deve estar articulada ao redesenho curricular. • Define que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB 02/2012), além de como base para a reorientação das propostas curriculares e o redesenho curricular, devem servir como base para a formação continuada de professores.
Documento Orientador 2016	• Macrocampo, passa agora a ser Campo de Integração Curricular e Áreas do Conhecimento (CIC); • CIC Mundo de Trabalho aparece em substituição ao CIC Leitura e Letramento; • CIC Participação Estudantil passa a ser Protagonismo Juvenil; • Processo de adesão dividido em 2 etapas, uma para as Secretarias e outra para as escolas; • Divisão das escolas em 3 grupos; • São estabelecidos critérios para que as Secretarias façam as indicações das escolas para o Programa;
Documento Orientador 2016 – Elaboração de proposta de redesenho curricular	• Este documento trata especificamente do redesenho curricular;

Fonte: Elaborado pelas autoras

Observa-se, que ao longo de sua trajetória, o Programa foi passando por adaptações e modificações no seu texto oficial à medida que as novas versões do ProEMI foram sendo formuladas e apresentadas. Esse processo de reconstrução representa, ao menos parcialmente, uma abertura para a participação dos segmentos envolvidos.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

Discursos Pedagógicos e Curriculares Predominantes

Uma vez que o ProEMI se propõe a repensar o currículo, torna-se relevante um resgate das distintas teorias curriculares a fim de situar as concepções de currículo que norteiam a referida política. Silva (2020), traz importantes subsídios para compreensão do desenvolvimento das teorias curriculares e apresenta três concepções dominantes sendo elas a tradicional, a crítica e pós-crítica.

A teoria curricular tradicional, com origem nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, enfatiza a abordagem técnica do currículo, considerando sua operacionalização como uma atividade burocrática e carente de significado (Silva, 2020). Nesse contexto, destacam-se dois movimentos concorrentes: o eficientismo social, associado ao Taylorismo e à administração científica, que valorizava conceitos como eficácia, eficiência e economia; e o progressivismo, que buscava uma educação mais centrada no desenvolvimento integral dos alunos (Lopes e Macedo, 2011).

As teorias curriculares críticas surgiram nos anos 60 em resposta às transformações globais da época, questionando as estruturas educacionais tradicionais e promovendo uma renovação radical nos arranjos curriculares existentes (Silva, 2020). Keller-Franco (2017) descreve essas teorias como defensoras de um currículo que integra conhecimento com conscientização, revisando e contextualizando os saberes de forma crítica, além de ser democrático ao acolher e atender às diversas camadas sociais, especialmente as desfavorecidas.

Para Keller-Franco (2014), as teorias críticas propõem uma análise profunda das relações entre educação e sociedade, indo além dos aspectos pedagógicos ao considerar as influências políticas e sociais no contexto educacional. Em sequência às teorias críticas, surgem as teorias curriculares pós-críticas, que, segundo Silva (2020), ampliam a análise das relações de poder além das denunciadas pelas teorias críticas, abordando desigualdades como as de gênero, etnia, entre outras.

As abordagens integradas no campo do currículo, atribuídas a Basil Bernstein (1996), distinguem-se entre currículo coleção e currículo integrado. O



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

currículo coleção é composto por disciplinas independentes e justapostas, sem intercomunicação significativa entre elas, segundo Santomé (1998). Já o currículo integrado caracteriza-se pela menor demarcação e isolamento entre as áreas do conhecimento, promovendo uma forte interação e diálogo entre as disciplinas.

Santomé (1998) descreve a abordagem curricular integrada como favorecedora do desenvolvimento integral dos alunos, facilitando o crescimento psicológico, cognitivo, afetivo e social, além de prepará-los para enfrentar problemas cotidianos e futuros desafios sem a separação rígida entre informações ou habilidades específicas como matemática, física ou linguística (Santomé, 1998, p. 125).

O ProEMI adota princípios da Integração Curricular, conforme ressaltado nos documentos oficiais, promovendo um currículo dinâmico, participativo e contínuo que busca organizar disciplinas de forma articulada por meio de atividades integradoras. Os macrocampos, introduzidos no Documento Orientador de 2011 e reforçados em 2013, são fundamentais nesse processo ao permitirem a integração curricular e a superação da fragmentação dos saberes, possibilitando a articulação entre diferentes formas de organização do conhecimento (Brasil, 2011; BrasilL, 2013). Salvino e Rocha (2019) corroboram essa abordagem ao destacarem que os macrocampos expandem as ações dentro e fora da escola, flexibilizando tempo e espaço para além das disciplinas tradicionais.

A análise do discurso curricular no ProEMI revela uma afinidade com a integração curricular, alinhada com as teorias críticas. No entanto, é crucial considerar algumas ponderações. Lopes (2002) observa que, embora a integração curricular seja amplamente aceita e valorizada na comunidade acadêmica e legislativa, sua interpretação e aplicação nem sempre são uniformes ou questionadoras. A ênfase legislativa na integração curricular pode servir para legitimar políticas educacionais específicas e estabelecer relações de poder, conforme alertado por Lopes (2002, p.146).

Assim, o ProEMI se posiciona como promotor da integração curricular, mas é essencial reconhecer a presença de abordagens híbridas que matizam diferentes linhas teóricas. O conceito de integração não é neutro e deve ser questionado quanto aos princípios integradores considerados e suas finalidades educacionais subjacentes.

Contexto da prática



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

No contexto da implementação de políticas educacionais, o texto oficial prescreve as ideias e objetivos dos idealizadores, porém é na prática que essas políticas são interpretadas, recriadas e efetivamente implementadas. Mainardes (2006) destaca que é nesse contexto prático que as políticas educacionais são percebidas de maneira diferente do que foi inicialmente planejado. Santos e Oliveira (2013) complementam, enfatizando que as políticas são ressignificadas e recontextualizadas por profissionais da educação no ambiente escolar onde são implementadas, refletindo as visões e interpretações humanas que influenciam diretamente sua aplicação.

Ball (2001) argumenta que é nas escolas que as políticas ganham legitimidade e se tornam realidade, sendo esse o espaço onde ocorrem adaptações, mudanças e ressignificações da política educacional, impulsionadas pelas complexidades e percepções humanas e técnicas presentes nesse ambiente.

A prática do ProEMI no colégio estudado

Ao chegar a uma escola, a política pode ser recebida de diversas formas e a partir da análise das entrevistas foi possível identificar e analisar os discursos e percepções sobre a implementação do ProEMI no colégio campo dessa pesquisa, sendo possível identificar três eixos temáticos, a saber: introdução da política, implementação e mudanças. Estes, se subdividiram em categorias e subcategorias, as quais abordaremos a seguir.

1º Eixo Temático: Processos de introdução da Política

Ao se analisar as respostas dos participantes, foi possível perceber por meio da entrevista, que houve uma aceitação da política, mas com reservas quanto à sua continuidade, como relatou a P3:

Quando a proposta veio, claro que a gente olhou e ficou assim: por que eles estão mandando dessa vez? O que que é isso que a gente vai ter que fazer? Como é isso? Houve essa preocupação inicial de saber o que era, se era uma coisa realmente que estava vindo para contribuir para somar.

Percebe-se pelo discurso percebe-se que houve aceitação do projeto, mas, provavelmente, com base em experiências anteriores vividas pela escola quanto à implementação de novas propostas sem continuidade, surgiu uma



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

preocupação de se analisar o que seria colocado como inovador, como percebido na fala da Participante (P1):

Os professores aceitam, mas existe sempre a questão com relação a experiências passadas, de colocar projetos que depois deixam de ter uma continuidade. Os professores pegaram muito rápido, mas sempre questionam sobre a questão da continuidade e, também, das condições materiais de se ter essas oficinas para o ProEMI.

Esse pensamento é reforçado na fala da Participante (P3) ao declarar que *“a única preocupação era de vir um projeto e do nada acabar! Quando a gente está trilhando, quando a gente está desenvolvendo, acabar! Então existe essa preocupação de ser uma coisa que traga uma contribuição e que esteja permanente”*.

Nessa direção, Santos e Oliveira (2013) destacam a ressignificação do texto das políticas educacionais na escola, não apenas como uma atribuição de novos significados a partir de um sentido original, mas como um processo de construção e reconstrução de sentidos na relação direta com as propostas. Lopes e Macedo (2011) enfatizam a complexidade desse processo cíclico, onde as políticas educacionais são constantemente influenciadas desde sua elaboração até sua ressignificação na prática escolar. Isso evidencia que a implementação de políticas educacionais não é um processo simples, sendo crucial considerar as percepções e interpretações dos atores envolvidos para atribuir sentido e efetivar as políticas na prática escolar.

Das falas dos entrevistados é possível perceber que o corpo docente pôde, então, vivenciar na prática um trabalho interdisciplinar:

Nós tínhamos uma partilha não só do momento do AC, que era por área, que a gente já tem o momento do AC toda semana, mas nós conseguimos, por mês, fazer uma reunião com as áreas de todas as para tratar do ProEMI e para perceber como é que esses alunos também estavam caminhando nesse ensino médio. E que bacana era articular verdadeiramente. Naquele momento a gente deixou de ser multidisciplinar para ser interdisciplinar mesmo, porque eu sabia o que você estava fazendo (P1).

Nota-se, portanto, pelo relato dos entrevistados, que estes foram momentos de muito enriquecimento e crescimento para todo o corpo docente e equipe técnica do colégio, sendo possível perceber na prática a



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

intencionalidade do ProEMI ao propor a inclusão de ações de formação de professores e da gestão escolar, buscando instrumentalizar estes agentes no processo de implementação do programa na prática. Ainda sobre esses momentos dedicados à formação, quando questionados sobre estudo e formação em serviço, os entrevistados afirmaram que:

A gente parou para estudar, então naquele horário, que é tão arrumado e que não é permitido às vezes nem ter encontros com outras áreas de conhecimento, a escola se arrumou para ceder esses horários (P1).

A gente estudou tanto e a escola abria muito, houve uma participação, uma colaboração, mesmo, de todos sabe? Foi muito interessante (P2).

Foi possível perceber que houve um interesse e organização do colégio no sentido de proporcionar com intencionalidade aos professores, momentos de formação a fim de que pudessem se apropriar da proposta e colocá-la em prática da melhor maneira possível.

Foi um momento democrático e participativo, onde, inclusive, sabe quando você imagina que entra na escola só para dar aula e vai embora? Naquele momento quem estava engajado com o projeto perdeu isso, porque era um puxando o outro e todos se envolvendo cada vez mais (P2).

Toda vez que tem um projeto lá a gente se mobiliza e busca todos os instrumentos que são necessários para construir. Nós nos sentamos nos ACs e discutimos em forma geral e fomos construindo (P3).

Por essas condições e pela forma como se deu a condução nos processos acima analisados, esses indivíduos, tornam-se direta e intimamente envolvidos no processo de leitura, de entendimento e aplicação da política, bem como dos processos de inovação que irão (ou não) acontecer na escola, e isso faz com que sua implantação tenha muito mais sentido para a comunidade escolar.

2º Eixo Temático: Impressões sobre a implementação da política



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

No processo de implementação do programa, ficou evidente que, apesar de as oficinas ofertadas pela escola terem sido preparadas considerando os interesses dos alunos, ainda assim, houve certa dificuldade de adequação destes à proposta. Ficou claro que essa dificuldade se deu por conta do contexto social e financeiro dos alunos, pois muitos destes já estavam inseridos no mercado do trabalho, como afirma a entrevistada (P1):

Teoricamente todos teriam que participar. Era nossa ideia que todos participassem, mas a gente tem uma situação na escola pública, eu acho que você sabe disso, que é a questão de muitos deles já estarem no mundo do trabalho. Aqueles que estavam em cursos ou porque estavam no mundo do trabalho a gente abriu exceções, então a gente pegou os atestados e esses não participavam (P1).

Em se tratando da prática docente, os entrevistados afirmaram que houve avanços na prática pedagógica, conforme a entrevistada (P3) ao relatar que:

Quando a gente se senta pra fazer essa ação coordenada da escola por área é muito bacana. Então a gente vai tentando implementar realmente dentro de uma realidade pra que seja verdadeira e não seja uma coisa fictícia.

Nesses momentos de leitura e estudos, a equipe faz, primeiramente, um entendimento da proposta para que seja possível uma tradução da política na escola. Este processo de tradução das políticas na escola, conforme explicitado por Santos e Silva (2016), acontece nos mais variados contextos e situações como em reuniões, conversas e eventos, e essas traduções podem resultar, ou não, mudanças.

Destaque-se, portanto, que nos documentos oficiais do ProEMI existe a clara recomendação para que a escola organize as ações conforme necessidades e interesses da equipe pedagógica, dos professores, da comunidade escolar, mas, sobretudo, dos adolescentes, jovens e adultos, alunos dessa etapa da educação básica. (Brasil, 2013)

Assim, a escola onde essa pesquisa foi desenvolvida procurou proporcionar atividades que considerassem as demandas, interesses e contextos de seus alunos, conforme a orientação dos Documentos Orientadores do ProEMI, como foi possível perceber que houve uma



movimentação e uma organização de tempos e espaços para que a equipe pudesse conhecer e se apropriar do material para, a partir daí, elaborar sua proposta para implementação do Programa.

Em relação aos impactos da implementação da proposta, percebe-se que, apesar de a escola ter participado do Programa por um tempo curto, foi possível perceber impactos na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos envolvidos, como podemos perceber na fala da entrevistada (P2):

Houve impactos. Foi visível, foi positivo. A gente viu, inclusive, no ENEM, os meninos que fizeram o ENEM, as notas de redação, aquelas pontuações boas, eles mandavam pra gente. Foi muito bacana! Todo mundo percebeu que houve impacto. Não tinha como não ter, porque quando você amarra as coisas, eu não digo amarrar de prender, mas quando você costura as coisas de uma forma leve que você pode descosturar e não precisa dar nó, você costura, não deu certo, você descostura, e é legal! Não tem como não ter impacto. Flui!

Por meio das análises das entrevistas, percebeu-se que a Implementação das propostas do ProEMI da instituição pesquisada, causou impactos positivos quanto a integração curricular, desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar, trabalho mais focado nas demandas dos alunos, maior integração entre os pares, entre outros, bem como resultou em mudanças nas rotinas e procedimentos da escola, o que influenciou diretamente nos resultados de aprendizagem dos alunos.

3º Eixo: Mudanças a partir da política

Foi possível perceber por meio das entrevistas, que houve, por parte dos docentes e equipe pedagógica, uma preocupação com a adequação do currículo para atender às demandas dos alunos considerando o contexto da escola, segundo uma das entrevistadas que relatou que:

Olha, a gente não mudou [o currículo], mas acrescentou. Então pensamos primeiro, assim: o que é essencial? Lembrando do bairro que a gente mora, que a gente ensina, lembrando das necessidades daquela comunidade, o que que a gente pode inserir? Então assim, dentro do que era o mais necessário do



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

currículo que já existia junto com o que a gente vai adaptar. E aí foram muitos projetos bacanas (P2).

Lopes (2004, p. 111) afirma que as políticas curriculares não se resumem apenas aos documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação. São produções para além das instâncias governamentais.

Assim, pode-se perceber que ao chegar às unidades escolares é que a política ganha legitimidade a partir da percepção dos sujeitos envolvidos que, sob influência direta de suas vivências e experiências, vão reconstruindo o proposto pela política nos seus ideais (contexto de influência) e nos seus documentos oficiais (contexto da produção do texto).

No caso do Colégio estudado, ao mesmo tempo que havia a preocupação em atender as demandas dos alunos considerando o contexto social, a escola já pensava em inovar através da inserção de outros componentes curriculares: *“Havia essa preocupação de fomentar as disciplinas que não eram do currículo, que eram as novas, propostas dentro daquilo que fosse realmente importante”* (P3).

A partir das entrevistas, foi possível perceber que o colégio estudado escolheu implementar oficinas no turno oposto como uma forma de enriquecimento curricular, focando em ações práticas de reforço pedagógico. Esta iniciativa foi destacada por todas as entrevistadas e identificada como a ação mais representativa do ProEMI dentro da escola, conforme relatado pelos entrevistados. *“Os professores criaram as oficinas e depois iam pra sala de aula pra chamar os alunos. Foi muito bom porque eles iam fazer propaganda das oficinas: Olhe, se inscreva!! Foi muito bom! Aí o aluno escolhia as que queria participar”* (P1).

Assim, foi possível perceber que este foi um momento de grande movimentação pedagógica na escola, pois os professores e equipe gestora dedicavam tempo para estudar, pensar e planejar algo que, de fato, tivesse sentido para os alunos, como um trabalho interdisciplinar, como vemos no relato da entrevistada P2, quando diz que: *“nossas aulas começaram a ser interdisciplinares e todos participavam... por área a gente fez os projetos do que a gente ia desenvolver”*.

Essas ações práticas dão vida ao que está proposto nos documentos oficiais do ProEMI quando estimula que as ações nas unidades escolares



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

sejam pensadas a partir das áreas do conhecimento “[...] e envolvendo temáticas diversas por meio do diálogo entre os conteúdos dos diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento (Brasil, 2014, p. 7).

Percebeu-se, também, que os professores estavam, sim, preocupados com as competências e habilidades que precisariam desenvolver nos alunos, principalmente levando em conta que o ensino deveria ter uma perspectiva um pouco diferente, estando focado, não apenas na transmissão de conteúdos, como vemos faz falas da entrevistada P3:

Os professores começaram a buscar as referências para poder aos poucos começar a implementar em sala de aula; e aquela questão muito da preocupação que eles têm com as habilidades e as competências, o que realmente ia desenvolver, o que realmente era é importante, o que estava sendo proposto e com a realidade dos educandos na escola.

Foi possível perceber que, na prática, o ProEMI introduziu novas propostas tanto para os docentes quanto para os alunos. Os professores passaram a adotar um ensino colaborativo, permitindo que os alunos se apoiassem em diversos aspectos além do conteúdo tradicional. Isso foi evidenciado na fala da entrevistada P2:

Tem muito colega que está com medo. Então esses projetos servem pra isso: pra gente falar da nossa prática e quando a gente troca os colegas pensam: poxa, não é só comigo. Que bom. E aí todo mundo cresce, inclusive os alunos. Foi muito legal. Eu achei muito bacana! (P2)

Como resultado dessa troca e construção coletiva, houve ganhos significativos tanto para os alunos quanto para a equipe técnica da escola. Isso é exemplificado no relato da entrevistada P1 ao afirmar: "a gente trocava muito e a gente conseguiu fazer um trabalho muito legal, mesmo com quem se inseriu no ensino médio sem muito conhecimento."

CONSIDERAÇÕES FINAIS



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

O Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, enfrenta diversos desafios, como o acesso e a permanência dos alunos, a distorção idade/série, a qualidade do ensino e a questão identitária. Portanto, faz-se necessário que políticas, programas e ações sejam pensados com vistas à superação dos desafios desse segmento educacional.

Diante disso, o ProEMI surge como uma iniciativa do Governo Federal com a proposta de promover mudanças no Ensino Médio, direcionando o olhar para um elemento que incide diretamente sobre a inovação educacional: o currículo. “É um programa específico para inovações curriculares [...]” (Brasil, 2009d, p. 3). Dessa forma, julgou-se relevante analisar o impacto do ProEMI para a indução de mudanças curriculares. Para tal, foi utilizado o aporte teórico-analítico do ciclo de políticas de Stephen Ball considerando os contextos de influência, da produção de texto e da prática.

A análise permite perceber que o PROEMI é uma política de grande relevância no cenário educacional brasileiro, ainda pouco conhecida e estudada, fazendo parte de um dos primeiros movimentos voltados especificamente para essa última etapa da educação básica, bem como a contemplar a preocupação com a inovação curricular. Destaca-se também para sua relevância o caráter precursor sobre o atual movimento de reforma do Novo Ensino Médio.

Em seu contexto de influência estão o diagnóstico das dificuldades estruturais e históricas enfrentadas por esse segmento educacional, bem como, um conjunto de legislações dentre as quais, a Constituição Federal (Brasil, 1988), que trazia em sua redação um artigo voltado para a universalização progressiva da educação básica e posteriormente a LDB (Brasil, 1996) que tratava, dentre outras coisas, da universalização do ensino médio, dando-lhe atenção equitativa ao considerá-la como uma etapa integrante da educação básica e os PCNEM (Brasil, 2000 a) que apresentam conceitos que passam a figurar de forma mais acentuada no ProEMI.

A partir destes, outros movimentos, programas e políticas foram se organizando no sentido de contribuir para o fortalecimento da educação média, cujas proposições resultaram no contexto de influência do ProEMI. Dentre esses documentos e agentes normativos, destacam-se o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Brasil, 2000b); o Programa Nacional de inclusão dos Jovens – ProJovem (Brasil, 2005) e os programas que vieram na sua continuidade, ProJovem Urbano, ProJovem Adolescente-Serviço



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

socioeducativo, o Plano Nacional da Educação - PNE/2001-2010 (Brasil, 2001) e o Programa o Programa Mais Educação (Brasil, 2010).

No contexto da produção do texto, o Programa aponta para a necessidade de mudanças na organização curricular do ensino médio, o qual passa por uma série de desafios, entre os quais a necessidade de oferecer um currículo menos fragmentado e hierarquizado. Para a reestruturação do currículo é proposto o Projeto de Redesenho Curricular (PRC), através do qual devem ser contemplados grandes eixos ou áreas do conhecimento e que, de forma interdisciplinar, busquem alcançar a formação integral dos estudantes, visando oferecer a estes um currículo mais dinâmico, flexível e significativo.

O ProEMI coloca forte ênfase na inovação curricular, especialmente na perspectiva da integração curricular. O programa propõe que o currículo seja elaborado para garantir a flexibilização, o protagonismo juvenil, o direito à aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. As ações e atividades devem contemplar a integração curricular, abordando conhecimentos, desenvolvendo experiências e promovendo atitudes que resultem na formação humana integral, fomentando a reflexão crítica e a autonomia dos estudantes. O texto oficial destaca que o currículo deve ser elaborado de maneira a garantir essas características, visando uma formação humana integral que promova a reflexão crítica e a autonomia dos estudantes (Brasil, 2016a).

A implementação do PROEMI na instituição pesquisada, também possibilitou uma reconfiguração dos tempos e espaços da escola, bem como uma nova organização do trabalho pedagógico que contribuiu para avanços na prática dos docentes. Pode-se inferir que houve melhor qualificação dos professores, pois estes passaram a dedicar mais tempo para o estudo e pesquisa, resultando, assim, na melhoria das práticas de ensino; houve maior integração entre professores e seus pares e entre professores e alunos no desenvolvimento das oficinas e reforço no contraturno; a integração curricular proposta resultou em condições favoráveis para a realização de um trabalho interdisciplinar.

Conclui-se argumentando que é possível reconhecer nos movimentos, programas e políticas que influenciaram o ProEMI, diretrizes que convergem para viabilizar ações de melhoria da educação e o incentivo para mudanças no currículo como essencial para trazer novas perspectivas para o Ensino Médio, no entanto, argumenta-se que é preciso estar atento às finalidades



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

educacionais que estão em disputa e nos mecanismos de legitimação dos discursos como forma de superação da ação ingênua.

REFERÊNCIAS

Ball, S. J.; Bowe, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v 24, n 2. p. 97-115, 1992.

Ball, Stephen. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. In: **Currículo sem fronteiras**. V.1, n2. p. 99-116, Jul/Dez 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Brasil. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

Brasil. Lei nº 10172, de 9 de janeiro de 2001. Institui o **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em 23 set. 2022.

Brasil. Constituição Federal, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 mar. 2021.

Brasil. Parecer nº 11/2009. **Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio**, 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3905-02-parecer-n-11&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso: em 09 dez. 2019.

Brasil. Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009. Institui o **Programa ensino Médio Inovador**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 out. 2009. Seção 1, p. 52. 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3911-portaria971deinstituicao-ensinomedioinovador&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 mai. 2021.

Brasil. Ministério da Educação. **Ensino Médio Inovador**: documento orientador, 2009c. Disponível em



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ensino_medioinovador.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

Brasil. Ministério da Educação. **Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador**, 2009d. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf. Acesso em: 09 dez. 2021.

Brasil. Ministério da Educação. **Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador**, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9607-documentoorientador-proemi&category_slug=dezembro-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em 09 dez. 2019.

Brasil. Ministério da Educação. **Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador**, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13249-doc-orientador-proemi2013-novo-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 dez. 2019.

Brasil. Ministério da Educação. **Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador**, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15482-documento-orientador-proemi-2014-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 dez. 2019.

Brasil. Ministério da Educação. **Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador**, 2016a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=50311-documento-orientador-adesao-20162017-pdf&category_slug=novembro-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 dez. 2019.

Brasil. Ministério da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador Documento Orientador**. Elaboração de Propostas de Redesenho Curricular, 2016b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=58611-doc-orientador-elaboracao-de-propostas-de-redesenho-curricular-prc-pdf&category_slug=fevereiro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 dez. 2019. (BRASIL, 2016b)

Brasil. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. 2000. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Brasil. Ministério da Educação. **Programa Melhoria e Expansão do Ensino Médio-Projeto Escola Jovem**. 2000b



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Escola%20Jovem.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021.

Brasil. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o **Programa Mais Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm. Acesso em: 23 set 2022.

Brasil. Resolução CNE/CEB Nº 3/2006 Aprova as Diretrizes e procedimentos técnico-pedagógicos para a implementação do ProJovem – **Programa Nacional de Inclusão de Jovens**. 2006 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_06.pdf. Acesso em: 28 fev. 2021.

Keller-Franco, Elize. **Movimentos de mudança**: Um estudo de caso sobre inovação curricular em cursos de Licenciatura da UFPR Litoral. Tese. (Doutorado em Educação: Currículo) – PUCSP. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9770/1/Elize%20Keller%20Franco.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

Keller-Franco, Elize; Masseto, Marcos Tarcisio. Avanços curriculares na formação de professores. In: **Revista Contrapontos**. v. 17, n. 3 (2017). Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/9780>. Acesso em: 02 mar. 2021.

Lopes, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. Rio de Janeiro: Cortez, 2011.

Lopes, Alice Casimiro. Parâmetros curriculares para o ensino médio: quando a integração perde seu potencial crítico. In: LOPES, Alice Cassimiro; MACEDO, Elizabeth. **Disciplinas e integração curricular**: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 144 – 176.

Mainardes, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302006000100003&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 29 set. 2019

Mainardes, Jeferson; Ferreira, Marcia dos santos; TELLO, César. Análise de Políticas: fundamentos e principais debates teóricos-metodológicos. In: BALL, J. Stephen; Mainardes, Jeferson (Orgs.). **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-172.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>

Salvino, Francisca Pereira; Rocha, Vagda, Gutemberg. **Macrocampos como proposta de integração e inovação curricular no programa ensino médio inovador**. In. **Revista e-Curriculum**, vol. 12, núm. 3, out/dez, 2014. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/766/76632904014.pdf>

Santomé, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Santos, Jean Mac Cole Tavares; Oliveira, Marcia Betania de. Políticas curriculares no ensino médio: ressignificações no contexto escolar. In. **Revista Currículo sem fronteiras**, v.13, n. 3, p. 497 – 523, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/santos-oliveira.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

Silva, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Submissão em 2 de maio de 2024.

Aceite em 9 de agosto de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0

Internacional. Texto da Licença:

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262749 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262749>